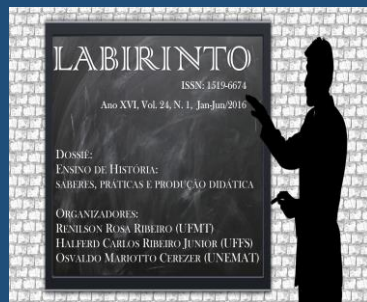


UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 24
NÚMERO 1
(JAN-JUN)
2016
PP. 118-133.

CAPISTRANO DE ABREU E A ESCRITA DA HISTÓRIA ESCOLAR: NOTAS SOBRE A TESE DEFENDIDA NO COLÉGIO PEDRO II EM 1883

DRA. MARIA APARECIDA LEOPOLDINO
Professora da Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: O artigo objetiva discutir a contribuição teórica do historiador brasileiro João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927) na constituição do campo disciplinar da história escolar. Como historiador e professor do Colégio Pedro II, a partir de 1883, entende-se que suas produções historiográficas abrangeram preocupações não apenas com o rigor metodológico do exercício historiográfico, mas também com a crítica da escrita da história escolar de sua época. Embora Capistrano não tenha elaborado um livro didático como seus pares esperavam, compreende-se que muito de sua tese defendida para a docência na cátedra de Corografia e História do Brasil, foi apropriado na historiografia escolar em seu processo de circulação, apropriação e construção de saberes históricos que ainda hoje se faz presente, como é o caso dos temas Litoral e Sertão.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de História, Capistrano de Abreu, historiografia didática, história da disciplina.

ABSTRACT: The article discusses the theoretical contribution of the Brazilian historian João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927) in the constitution of the disciplinary field of school history. Historian and professor at the Colegio Pedro II, from 1883, it is understood that his historiographical productions covered concerns not only with the

methodological rigor of the historiographical exercise, but also with the written critique of school history of their period. Although Capistrano a textbook has not developed , it is understood that much of his thesis advocated for teaching in the chair of “Corographia and History of Brazil” , was appropriate in school history in its circulation process , appropriation and construction of historical knowledge that today is present , as is the case of the Coast and Hinterland themes.

KEYWORDS: History teaching, Capistrano de Abreu , didactic historiography, history of the discipline

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o livro escolar no Brasil atualmente têm reunido abordagens diversas que privilegiam diferentes frentes de análises que se preocupam com as relações estabelecidas entre os livros didáticos com os processos socioculturais, políticos e educacionais, que incluem, dentre outros aspectos, considerar o caráter instituinte e simbólico do livro escolar na produção de saberes escolares, sua produção material e as políticas a ele relativas.

Na área do ensino de História, o livro didático é visto como um dos objetos centrais do processo de escolarização capaz de propiciar investigações sobre as práticas pedagógicas, mudança e permanências de conteúdos e saberes escolares. É também utilizado como fonte documental na pesquisa sobre a história da disciplina com o objetivo de investigar a constituição do saber histórico como disciplina escolar. Por meio delas, enfatiza-se a escrita e a publicação de livros, as instituições e a participação de intelectuais e professores/autores nessas práticas.

O livro didático assim percebido remete o texto didático (historiografia didática) aos processos

socioculturais e aos agentes institucionais que participam da produção e circulação das obras e seu contexto. Tal abordagem leva em conta o papel dos autores/professores que, no contexto específico da experiência com docência, reconstróem saberes em suas narrativas didáticas e na elaboração e publicação de diversos textos para o ensino.

Nesse sentido, as relações que são estabelecidas entre a escrita da história acadêmica com a história escolar são particularmente refletidas na busca por compreender a construção sócio-histórica dos conteúdos escolares, do currículo e do caráter interventivo das instituições nessa construção.

Este trabalho trata desta relação. Preocupa-se em compreender os caminhos relacionais entre escrita da história e historiografia didática com uma abordagem que destaca os nexos entre os autores, suas obras e o contexto de produção dos conhecimentos históricos que circulam ainda hoje nos livros didáticos de História. Para tanto, apresenta o estudo da tese de Capistrano de Abreu defendida em 1883 para a cátedra de *Corografia e História do Brasil* do Colégio Pedro II com a intenção de reconhecer a circulação de suas idéias nos livros didáticos de fins do século XIX que imprimem sentido ao conteúdo escolar da disciplina de História.

Embora Capistrano não tenha escrito nenhum livro didático, ele é analisado aqui na perspectiva relacional de ser um *autor-professor* que esteve envolvido com as questões do ensino de História no e do Brasil. Sua relação com o ensino de História é observada por meio da categoria autor-professor (ANDRADE, 2008). Considerou-se que no século XIX não havia especificidades nos conhecimentos, portanto não se pode falar que havia professores de história, era exatamente o intelectual, o letrado que assumia os cargos de ensino. Em geral, esses intelectuais também eram escritores e, portanto, editavam obras e publicavam seus estudos em jornais e outros meios de circular o impresso.

É possível dizer, então, que a prática de pesquisa e prática de ensino eram atividades desenvolvidas de uma maneira muito interligada pelo professor que ocupava a cátedra. Eram, pois, os letrados que, por meio de uma série de privilégios, marcavam sua presença na vida política, nas funções burocráticas e de ensino escolar e superior. Por outro lado, a escolha de uma dessas categoria sócio-profissionais (BESSONE, 1999) sinalizava o convívio escolhido por esses homens de letras nesta arena social – a cidade das letras- que permitia ao intelectual escolher seu campo de

produções (RAMA, 1985). Capistrano escolheu a história e sua atuação como lente catedrático do Colégio Oficial da Corte marcou a história ensinada nos anos iniciais da república brasileira com fortes sinais de sua historiografia nos livros didáticos de hoje.

Trata-se de entender este trabalho, portanto, como um esforço em relacionar a escrita da história escolar que permanece como continuidade de uma produção e circulação da tese defendida no Colégio Pedro II em 1883, destacando a presença de temas em edição de livros didáticos no período republicano, e sua participação no processo de monumentalização da história e da memória por meio da historiografia didática nacional.

CAPISTRANO DE ABREU: “O DESCOBRIMENTO DO BRASIL” E A IDENTIDADE NACIONAL

Ao se dedicar a pesquisar e escrever sobre a história do Brasil, Capistrano, ao lado do Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tinha em vista o Colégio Pedro II, principalmente a cátedra de *Corografia e História do Brasil* que tinha sido, até então, de Joaquim Manoel de Macedo. Em 1883

acontece a oportunidade por meio do concurso. Na ocasião, o jornalista alemão Carlos Von Koseritz, observa:

A tese de Capistrano que trata com verdadeira mestria e grande saber do descobrimento do Brasil e do seu desenvolvimento no século XVI, era sem dúvida a melhor e tão excelente era que ia muito além dos horizontes dos dois limitadíssimos examinadores Moreira de Azevedo e Matoso Maia (VIANA, 1999, p. 18).

Na tese, intitulada *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, Capistrano explora a problemática na nacionalidade e do território no conjunto de seu escrito numa perspectiva que foi considerada renovada na historiografia brasileira em fins do século XIX. O próprio reconhecia que tinha o desafio de reconhecer o mérito de seus antecessores, fundamentalmente Francisco Adolfo de Varnhagen, mas de superá-los também. Seu desafio contemplou duas frentes: a historiografia de Varnhagen e a historiografia didática de Joaquim Manoel de Macedo. Na crítica a esses dois renomados estudiosos da história nacional, objetivando mudanças no ensino de História no Colégio Pedro II, Capistrano afirmou:

Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base do nosso ensino. As bandeiras, as minas, as entradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como, aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas (RODRIGUES, 1997, p. 59).

O tema que foi sorteado para todos os candidatos, “O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI”, estava permeado de polêmicas que, por intermédio da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, se faziam com o intuito de demarcar o tema e a instituição de sua história. Estavam em debate questões como: o local efetivo do desembarque da armada de Cabral; o dia da realização da primeira missa, entre outras.

A procura em rever a leitura de Varnhagen motiva Capistrano a se perguntar, na tese, sobre as pretensões das três nações Européias que disputam a “Glória de ter descoberto o Brasil”. Capistrano apoiado em documentos localiza personagens, de origem francesa, espanhola e portuguesa, envolvidos na trajetória e

considerava o tema da historiografia nacional “obscuro”.

A preocupação de Capistrano com as chamadas “questões nacionais” ante o processo de independência política e da vivência da crise do regime monárquico intensifica seu interesse pela análise das origens da nação. Nesse contexto, tinha o projeto de esclarecer “pontos obscuros” da História Pátria. Pontos obscuros que colocavam em dúvida a formação da nacionalidade desde os acontecimentos que marcaram a origem da nação. Retomar essa questão, dialogando com os documentos que estavam à disposição para o debate, foi o que fez Capistrano na parte inicial da tese.

Para o historiador cearense, a obra de Varnhagen representava, um ponto de partida. Ele havia feito “[...] uma descrição do Descobrimento desde a partida da esquadra de Cabral do Rio Tejo a 9 de março de 1500, tendo por base principalmente as informações contidas na carta de Caminha” (MORETTIN, 2000, p.142). Para Capistrano, apesar das insuficiências, Varnhagen havia apontado a importância historiográfica do tema. Trava-se, naquele momento, de lapidar e dirimir questões sobre o assunto.

Problemática dessa natureza conferiu sentido às práticas e ideias do historiador cearense sobre o

passado nacional e a recorrência às questões identitárias. A narrativa que apresenta questiona o tema e apresenta documentos que confirmam sua hipótese. De forma que, desatados os nós sobre a questão do descobrimento, Capistrano afirma que existia uma solução cronológica e uma sociológica para o assunto. Por meio da primeira, seria incontestável que o descobrimento do Brasil foi em 1500 pelos espanhóis, “porque Cabral viu terra mais de meados de abril; Pinzón viu-a em fevereiro, e Lepe, quando Cabral ainda nem percebera sinais de terra, já dobrara o cabo de S. Agostinho para o sul [...]”. No entanto, tinha a segunda solução, que, pela qual, afirma Capistrano: “sociologicamente falando, os portugueses foram os descobridores do Brasil”(ABREU, 1999, p. 38).

Enquanto Varnhagen havia elaborado uma cronologia para explicar o surgimento da nação, Capistrano envereda-se pela abordagem analítica que considera as relações sociais e os atores envolvidos no episódio. Sua proposta foi bem vinda:

A cerrada argumentação do texto, sustentada em estilo excepcionalmente sucinto, não admitia réplicas acadêmicas às decisivas conclusões apresentadas. Audaciosas “proposições”, algumas das quais até hoje não

satisfatoriamente demonstradas, encerravam o impressionante trabalho (VIANNA, 1999, p. 18).

A historiografia nacional do século XIX leva o tema do descobrimento do Brasil para polêmicas por meio dos documentos e de abordagens sociológicas, como o faz Capistrano. Ele questiona o dado cronológico dos fatos construídos por Varnhagen e marca o tempo no contexto social que antecede a chegada dos viajantes europeus no continente americano. Ao se perguntar a quem caberia a glória de descobrir o Brasil, Capistrano, embora não rompa com a cronologia de 1500, permite pensar sobre a importância do aspecto social para delinear a conjuntura histórica e os seus protagonistas.

Atualmente, se conhece e se comemora o dia 22 de abril, porém, segundo Morettin (2000, p.139), no século XIX celebrava-se o dia 3 de maio, momento em que se acreditava ter ocorrido a primeira missa no novo território, definindo um dos pesos das polêmicas sobre o acontecimento criado para marcar a origem da nação.

Na segunda parte da tese, Capistrano passa a tratar dos “fatores” que levaram ao seu desenvolvimento no século XVI. Nela, com vistas à articulação de uma estrutura narrativa que busca a

confluência entre o geral e o particular, ao mesmo tempo em que apresenta um fio condutor ou o enredo da formação de uma nacionalidade, insere a temática regional na discussão por intermédio de dois conceitos: Litoral e Sertão.

Ao tratar do “desenvolvimento no século XVI”, o autor centra-se na compreensão da forma de vida dos atores sociais que viviam no interior do país. Esboça a temática da região e o reconhecimento de sua importância para compreender a *brasilidade* do Brasil. Foi assim que ele encontrou o mameluco, o sertanejo, o nordestino, o mestiço na formação social brasileira.

É possível afirmar que a tese marca um dos primeiros movimentos historiográficos do cenário brasileiro que procura articular a leitura histórica feita com base nos documentos com o tema da formação da nacionalidade, de identidade nacional e seus aspectos regionais.

LITORAL E SERTÃO: OU DE COMO SE DESENVOLVE O BRASIL NO SÉCULO XVI

Ao tratar da segunda parte do tema – “desenvolvimento do Brasil no século XVI” – Capistrano

procura sinalizar para as expedições de exploração das vastas costas brasileiras, o **Litoral** – logo em seguida da sua “descoberta” – e as entradas para o interior do território. Ao fazê-la descreve as ações que os envolvidos na tarefa desenvolviam, como é exemplar o excerto abaixo:

Do ponto a que primeiro chegou, a armada foi seguindo para o sul, beirando a costa, plantando padrões, fazendo sondagens, traçando cartas e roteiros, batizando os lugares encontrados, em geral com os nomes de santos, o que se explica pelo costume da época e pela presença de padres a bordo (ABREU, 1999, p. 43).

Menciona como foram os primeiros contatos com “os naturais” e a adaptação dos homens da armada. Cita a presença dos franceses que, em seu contato com os nativos, acabaram em conflito com os portugueses e com a implantação do povoamento por parte destes através das feitorias, como afirma o trecho: “Fundem-se dez ou doze

Feitorias. Estas não deixarão que os intrusos [franceses] comuniquem com os naturais. Assim não terão eles mercadorias a transportar. Não os tendo,

deixarão de ir lá” (ABREU, 1999, p. 52). A proteção das costas (litoral) brasileira dos franceses é, também, tratada pelo historiador mencionando que por ser a costa tão extensa era muito difícil conservá-la e bloqueá-la da presença dos franceses interessados nas riquezas da terra.

Na medida em que faz menção aos liames entre a conquista da terra e a formação de núcleos sociais local, demonstra os conflitos e contrastes, conforme ocorre quando menciona, ainda, o comércio de escravos e o contato que se estabelece entre os nativos (*brasis*) e os “civilizadores”. Mas anuncia também aspectos culturais que os envolvia nessa conjuntura:

No meio dos *brasis*, ele não podia deixar de alimentar-se como eles, pois nem encontravam trigo que lhe desse pão, nem encontrava uva que lhe desse vinho, nem encontrava nem uma das comodidades a que se acostumara na velha Europa. E não só tinha de adaptar-se à alimentação dos *brasis*, como tinha de se adaptar aos processos empregados para obtê-la; tinha de empregar os mesmos processos de caça, tinha de adotar os mesmos processos de pesca, tinha de recorrer aos mesmos processos de agricultura, apenas facilitados pelos

conhecimentos e uso dos metais (ABREU, 1999, p. 52).

Além de dar importância à alimentação, Capistrano sinaliza para a necessidade de adaptação dos costumes. Afirma que era preciso adaptar-se “mais ou menos à mentalidade e à moralidade ambientes”, ou seja, às lendas que os “naturais” contavam e seus rituais cotidianos. Adaptações que, certamente, traria uma troca cultural, já que, ao mesmo tempo, “ele devia influir sobre os brasis, e ensinar-lhes muitas coisas que antes não sabiam” (ABREU, 1999, p. 49). Ainda sobre a integração cultural, afirma: “Para resumir tudo em uma palavra: dentro de poucos anos um homem nestas condições ficava moralmente mestiço. É claro que nesta mestiçagem moral deveria haver diferentes gradações”(ABREU, 1999, p. 49).

O **litoral** é destacado na tese como um espaço geográfico que determinara o Brasil como comunidade cuja característica é de diversidades no território nacional. Para o historiador cearense, era tarefa importante conhecer o interior do Brasil, o sertão, caminho fundamental para desvendar a formação social da nação. Por esse motivo relaciona, nessa parte de sua

tese, litoral e sertão numa abordagem articulada com o fim de mostrar seus contrastes e diversidades.

No capítulo **O sertão**, Capistrano discursa sobre as expedições para o interior do continente, destacando como a atividade *bandeirante* já ocorria desde o primeiro século do descobrimento, como estas tinham o objetivo de explorar as terras, trazer índios cativos e metais preciosos. Como ocorreu em 1 de setembro de 1531 onde Marin Afonso mandou “uma tropa de quarenta besteiros e quarenta espigadeiros, (...) que se obrigou a tornar dentro de dez meses com quatrocentos escravos carregados de ouro e prata” (ABREU, 1999, p. 60). Capistrano afirma ainda que a atividade bandeirante traria efeitos importantes sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Em suas palavras:

O efeito destas informações não se fez esperar: as intenações começaram desde logo, ao mesmo tempo quase que as explorações costeiras, e medraram e desenvolveram-se tanto que, antes de transcorrido o século, tínhamos o fenômeno considerável dos bandeirantes (ABREU, 1999, p. 60).

A essas questões de busca por adentrar o interior do território brasileiro Capistrano acrescenta o contorno geográfico como um elemento de estrutura abrangente capaz de narrar o enredo da imediação territorial do Brasil. Por esse motivo, na tese, menciona as inúmeras bandeiras e seus prováveis roteiros.

De todas estas entradas bem poucos são os roteiros que se conservam. Gabriel Soares dá-nos alguns, porém confusamente. Frei Vicente do Salvador dá outros, mais circunstanciados quanto à parte anedótica, porém inteiramente deficientes quanto à geografia [...] (ABREU, 1999, p. 78).

O fio condutor de sua narrativa busca estabelecer uma ordem de acontecimentos capaz de estabelecer relações entre a historicidade do passado, desde o “descobrimento” até as expedições de exploração, e a constituição de uma nacionalidade para a História Pátria que buscava escrever. A historiografia produzida por Capistrano em sua tese remete ao tema da expansão territorial por meio do qual buscou relacionar o processo de ocupação do litoral e do sertão com a singularidade do *ser brasileiro*.

A formação da sociedade brasileira é apresentada, portanto, tendo o sertão como espaço privilegiado na sua constituição. Tal perspectiva contrapõe-se, à época, a idéia vigente que apresentava o litoral como centralidade na formação social. Nesse sentido, a nação remonta ao momento da ocupação colonial, sua origem se encontraria desde a chegada do europeu no litoral. Ao mesmo tempo, no entanto, ao tratar do interior estabelece junção entre a conquista das terras e a formação de uma sociedade de população mestiça distribuída pelo vasto território, indicando sua multiplicidade e diversidade regionais.

Tal perspectiva significou uma ruptura com a historiografia que lhe antecede fundamentada na temática política e administrativa, ao valorizar aspectos geográfico, etnográfico e sociológico na medida em que se volta para as comunidades do interior e busca os contrastes entre o Brasil do litoral e o Brasil do sertão. Neste deslocamento, a ênfase em uma região cuja importância econômica e política eram veladas em virtude do modo como estava inserida no período colonial, Capistrano remete à constituição da civilização do couro no empreendimento colonial, em detrimento da história política e administrativa característica do litoral. Por isso, *Sertão* aparece em sua tese como

categoria central, para tratar do desenvolvimento do Brasil após sua descoberta e a brasilidade do “povo”.

Se para Varnhagen a história do Brasil se inicia e se desenvolve no litoral, para Capistrano ela se fazia nas “fronteiras”, nos “caminhos” também. Reconhecimento fundamental para a compreensão da história nacional como atestavam seus seguidores.

Muitas de suas premissas foram recuperadas por João Ribeiro, professor do Colégio Pedro II nos anos iniciais do século XX, e outros autores de livros didáticos de História no decorrer do século XX.

Para elaborar seu compêndio *História do Brasil* (1900) – livro considerado um marco na historiografia didática pela qualidade de seu texto – João Ribeiro utiliza-se das interpretações da história da nação narrando o processo histórico pelos aspectos sociais e culturais, sem privilégio de uma perspectiva política da história presente em Joaquim Manoel de Macedo. Situação que, na avaliação de Gasparello (2004, p.163), garantiram ao autor o seu reconhecimento como historiador em lugar de destaque na historiografia nacional. Em seu compêndio, Ribeiro reitera os argumentos de Capistrano, sobre a importância de se escrever uma História do Brasil por meio de sua via interna, conforme suas palavras:

Quando me propuz escrever este pequeno livro pensei em retornar à antiga tradição dos nossos cronistas e primeiros historiadores, que às suas histórias chamavam de notícia ou tratado do Brasil. Com isso queriam significar o modo como suppriam a escassez de factos políticos com o estudo da terra e das gentes que a habitavam. Este belo costume logo se perdeu, porque, adquirindo o Brasil os foros de nacionalidade, a sua história começou a ser escripta com a pompa e o grande estylo da história européis; perdeu-se um pouco de vista o Brasil interno [...] nas suas feições e physionomia própria, o Brasil, o que elle é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da acção dos índios e dos escravos negros (RIBEIRO, 1917, p. 2-3).

A presença de Capistrano em João Ribeiro localiza-se justamente na compreensão de que a história do Brasil deveria ser escrita por meio da preocupação com os elementos sociais, a busca pela compreensão do vasto território nacional e seus moradores, que traziam diferenças culturais. Descobrir o Brasil era, pois, muito mais que traçar seus contornos políticos e administrativos era, enfim, conhecer seus aspectos sócio-culturais.

[...] nas suas feições e fisionomia própria, o Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros. Esses foram os que descobriram as minas, instituíram a criação do gado e a agricultura, catequizaram longínquas tribos, levando assim a circulação da vida por toda a parte até os últimos confins. [...]. Dei-lhe por isso uma grande parte e uma consideração que não costume haver por ela, neste livro. (RIBEIRO, 1900, p.8).

Fisionomia que foi reinventada por meio dos livros didáticos nestes longos anos na história da disciplina. Para exemplificar pode-se mencionar a busca por explicitar a originalidade da história do Brasil enquanto nação, enfatizando a diversidade regional – a civilização do couro, do açúcar, do ouro – acompanhada de uma multidão de atores até então praticamente ausentes – bandeirantes, indígenas, mestiços, negros.

Mas, se por um lado, no contexto do final do século XIX, o trabalho de Capistrano representou uma inovação importante, ao mesmo tempo, na historiografia didática a apropriação de suas idéias criou imagens sobre esses grupos sociais e sua participação na vida social brasileira que devemos problematizar

contemporaneamente. Isso porque, os símbolos e a memória pelas quais a sociedade se pensa e se identifica estão presentes nas narrativas e imagens dos livros didáticos. Por seu intermédio, criam-se memórias coletivas e uma tradição discursiva que sacraliza personagens e espaços sociais na experiência histórica brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na escrita da história de Capistrano, a conquista territorial aparece como temática central para a construção da ideia de nação. Por isso o tema do *Descobrimento* passa a ser uma questão prioritária, lugar de onde se inicia o processo de formação da nação. A historiografia brasileira do século XIX de forma geral, pode-se dizer, na ausência de um passado histórico mais remoto, volta-se para o velho mundo e, como num jogo de espelhos, constrói representações do espaço colonial à luz da Europa e faz do território base para um projeto nacional.

Herdeiro deste projeto, o tema do “descobrimento” é ainda presente nos livros didáticos, fundamentalmente aqueles que estão dirigidos ao

ensino fundamental. Neles encontra-se, ainda, a tese da causalidade (achamento) e a ideia de conquista, estão presentes em suas narrativas. A menção a Pedro Álvares Cabral é recorrente e as navegações continuam como o centro movedor da conquista e do acontecimento. Trechos da Carta de Caminha são utilizados para descrever o contato com os “naturais” (índios).

A análise do segundo corpus, que se refere o período do descobrimento, revela a existência de quatro classes temáticas: (1) a intencionalidade da viagem de Cabral; (2) o cotidiano indígena; (3) a chegada dos portugueses e as riquezas da nova terra; (4) o domínio dos povos através da escrita e da tecnologia. (OLIVEIRA et al, 2002, p.73).

A abordagem do tema continua a ser aquela dos intérpretes do século XIX que, como já apontou Ribeiro (2014, p.11), não cultivaram transformações discursivas no período de 1980 a 2000 quando das reformas curriculares nacionais e estaduais.

No que se refere ao desdobramento da tese de Capistrano, concebida a partir da análise do território, a nação aparece também fortemente ligada aos espaços regionais. Lugares que possuem, conforme Capistrano,

contrastes geográficos e culturais, mas também em relação à vida social.

Sua proposta de revisão da historiografia de Vanhargen e superação de sua *História Geral*, na cátedra que fora de Macedo, produziu outros marcos simbólicos que acolhidos pelos intelectuais se incorporaram à noção de consciência regional/nacional. Por intermédio da historiografia didática em particular, o tema da “terra conquistada” – diversas vezes revisitado – alcançou um papel de destaque no universo do pensamento social, bem como os valores do “bandeirantismo” como *constructos imaginários* acerca da elaboração de uma identidade nacional. Ou seja, Entre escritos e imagens produzidas estavam presentes uma representação de brasilidade; o bandeirismo foi uma dessas representações que, a partir da história paulista, circulou em livros didáticos como símbolo de nacionalidade brasileira.

Tais construções podem ser bastante reveladoras de temporalidades ainda permanentes ou com traços de continuidades, desde a tese de Capistrano, no ensino escolar atual; muitas vezes reproduzindo e representando ou reelaborando uma interpretação e leitura da história que foi a de num momento específico da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a compreensão de Capistrano de que o espaço e a paisagem, especialmente o relevo e a vegetação, era a chave para se conhecer o nexos entre a sequência de eventos que resultaram na formação dos limites territoriais do Brasil, oportunizou a hipótese de que a penetração e o devassamento do sertão pelos bandeirantes era o fenômeno central dessa história. (CORRÊA, 2006). A apropriação, décadas depois, da tese de Capistrano pelas elites paulistas se faz sentir nos livros didáticos quando tratam do tema: “bandeirantes”. É o que indica Corrêa (2006, p.5-6):

O cearense, que era – não sem razão – considerado o maior historiador brasileiro, foi seguido pelos intelectuais, apreensivos em construir uma história de São Paulo e por meio dela fundamentar a hegemonia paulista na política republicana. [...]. Entretanto, aqueles intelectuais avançaram, esmiuçando o movimento de penetração no sertão e pontuando sempre sua origem, São Paulo, e seu agente, o bandeirante.

Na circulação das obras de Capistrano, o bandeirante passa a ser visto como um dos alicerces da nacionalidade brasileira. Esse foi seu papel na história do

Brasil: “indicar o caminho para a construção da nação e conduzir os protagonistas dessa ação”. (p.7). Tal premissa criou uma memória social sobre esse conteúdo escolar que se repete nos livros didáticos ao tratar das décadas iniciais da República. Uma memória que oculta a ação indígena e resulta na representação do sertão como terras sem história.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. de. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- AMANDO, J. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.145-151, 1995.
- ANDRADE, V. L. C. Historiadores do IHGB/Catedráticos do Colégio Pedro II na República. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, ano 169, n.440, p.219-241, jul./ set. 2008.
- ARAÚJO, A. T. **História do Brasil**: descobrimento e início da liberdade; 5ª série. (Índice). São Paulo: Ed. Do Brasil, 1985.
- BARBOSA, J. da C. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [1839]. In.:

GUIMARÃES, M. L. S. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BESSONE. T. M. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)**. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1999.

BITTENCOURT. C. M. F. Autores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v.30, n.3, p.476-491, 2004.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

CORRÊA, D. S. Os rios na formação territorial do Brasil: considerações sobre a historiografia paulista. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: ANPPAS, 2006.

GASPARELLO, A. M. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

GOMES. A. de C. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GONTIJO. R. **O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador**. 2006. 230f. Tese (Doutorado em História).Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

_____. Capistrano de Abreu: viajante..**Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.30, n.59, p.15-36, 2010.

GUIMARÃES, M. L. S. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Tradução de Paulo Knauss. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.) **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. 6 ed . São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

MESQUITA, D. **Descobrimientos de Capistrano**: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”. Rio de Janeiro: PUC, 2010.

MORRENTI, . 2000?

OLIVEIRA, D. C. et al. O descobrimento do Brasil nos livros didáticos de História. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, p.67-80, 2002.

OLIVEIRA, J. R. **Um historiador em formação**: os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu (1875-1882). 2011. 309f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2011.

OLIVEIRA, R. de. A invenção da brasilidade sertaneja. **Humanas**: Revista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 32-45, out. 1998.

RAMA, A. A cidade das Letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, R. R. **A invenção de um Brasil didático**: capítulos de História Colonial. In: SEMINÁRIO HUMANIDADES EM CONTEXTO: SABERES E

INTERPRETAÇÕES, 7., 2014, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2014. p. 729-737.

RODRIGUES, J. H. (Org). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. V. 3.

VIANNA, H. Ensaio Biobibliográfico. In.: ABREU, C. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Recebido em: 12/05/16

Aprovado em: 31/05/16

Publicado em: 30/07/16